

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Salinas, Mestre em Relações Internacionais pela PUC-MG, Doutor em Geografia pela PUC-MG
leonardo.silveira@ifnmg.edu.br

Alfredo Costa

Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara, Mestre em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais pela UFMG, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG
alfredo.costa@ifnmg.edu.br

A inadequação das regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo

Resumo

As reflexões sobre a categoria de análise geográfica região são abundantes e diversificadas, o que encontra explicação no enquadramento do conceito como uma importante ferramenta do fazer geográfico. Ainda assim, temas da contemporaneidade lançam desafios de natureza epistemológica sobre o uso do termo, como aquele que propomos neste artigo, que versa sobre as possibilidades de regionalizações realizadas a partir de temáticas culturais. Para tanto, o trabalho em voga leva em conta os pressupostos do pós-colonialismo, que analisam a cultura a partir de um viés antropológico moderno, estabelecendo nela predicados que remetem ao comportamento espacial e lançam, ao mesmo tempo, desafios para a representação cartográfica.

Palavras-Chave: Região, Cultura, Representação Cartográfica.

Abstract

THE INADEQUACY OF CULTURAL REGIONALIZATIONS THROUGH THE ASSUMPTIONS OF POSTCOLONIALIST THEORIES

Speculations on the concept of the term "region" as a geographic category of analysis are abundant and diversified in the specialized literature, which demonstrates its importance and actuality. Nevertheless, the use of the term recurrently presents

epistemological challenges when faced with contemporary themes, such as the possibilities of cultural regionalizations. This article aims to discuss the validity of those regionalizations considering the paradigms of postcolonialism – which bases its analysis of culture from a modern anthropological bias –, and, at the same time, to present its cartographic alternatives and challenges.

Key-words: Region, Culture, Cartographic Representation

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo problematizar as regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo. Na história recente da Geografia, sobretudo com a consolidação da Geografia Cultural e, posteriormente, da Geografia Humanista, multiplicaram-se os mapas com temáticas culturais, construídos com distintas finalidades. As velhas premissas antropológicas, de um mundo dicotômico lido pela escola da Antropologia Evolucionista¹ e que opunha “nós e eles”, os colonizados e os colonos, os ditos valores certos e os equivocados, não colocavam em xeque as espacializações regionais sólidas, areais, tidas como unidades impermeáveis e coesas. Contudo, com a ascensão de valores ditados pelo pós-colonialismo e pertencentes ao corpo de pensamento da moderna Antropologia, as regionalizações culturais, ainda que tentem posicionar as culturas como áreas polarizadas e regiões sobrepostas, apresentam-se, aparentemente, inadequadas.

Por intermédio da discussão aqui proposta, o artigo pretende se posicionar como um instrumento útil para os estudiosos da região enquanto categoria geográfica, de modo que a problematização aqui presente possa adicionar conteúdo e reflexão, por meio de uma interface nem sempre comum entre as disciplinas da Geografia e da Antropologia. Pretende ainda municiar os professores que lecionam a disciplina Geografia em todos os níveis, a relativizar a solidez das regiões culturais, bem como questionar os limites das unidades regionais das regionalizações que versam sobre o tema, multiplicando, por intermédio do seu ofício, a compreensão de paradigmas menos simplistas e condizentes com modernas leituras antropológicas.

A estrutura do artigo conta com uma breve discussão sobre a região. Nesta, optou-se por não fazer um resgate diacrônico da evolução do conceito, visto que o mesmo já é exaustivamente trabalhado na literatura². No lugar desta abordagem, optou-se por dar ênfase a uma discussão contemporânea acerca da validade da região, visto que a temática paritralha *en passant* com questões ligadas às conexões e à fluidez, o que contribui para a discussão proposta adiante. Os pressupostos do pós-colonialismo serão apresentados em seguida e servirão como ferramentas para avaliarmos a inadequação das regionalizações culturais. Na sequência, serão apresentadas algumas regionalizações culturais que foram passíveis de crítica mediante os pressupostos da corrente de pensamento abordada. Finalmente, serão feitas as considerações finais.

2. Breve consideração sobre a região

Consagrada como uma categoria analítica da Geografia, a região apresentou, desde os primórdios do seu uso aos dias atuais, definições, redefinições, resgates e diferentes pontos de vista interpretativos que, *pari passu* ao extensivo uso por parte do senso comum, lançaram desafios à tentativa de “elevação” do conceito ao patamar de um termo científico (GOMES, 1995; CUNHA, 2000).

De fato, as controvérsias oriundas das finalidades que se buscava da categoria de análise – para o planejamento ou para servir a interpretações teóricas – faziam com que ora a região fosse identificada como um recorte espacial concreto, discernível e identificável; ora pelo estabelecimento de um ou mais critérios de ordenamento espacial. Servilha (2012), em sua tese de doutorado, discute o conceito em baila e traz contribuições conceituais para a diferenciação do entendimento da região a partir de duas perspectivas: a do espaço vivido e a do espaço concebido. Segundo o autor,

A região, enquanto um lugar, uma “região vivida” (FREMONT, 1980), estaria associada, a nosso ver, a ideia de “espaço vivido” (LEFEBVRE, 2006b), ao cotidiano, à apropriação simbólico/expressiva do espaço, às afinidades e afetividades, aos hábitos, à experiência cultural e aos modos de vida. Por outro lado, a região, enquanto produto de uma regionalização estatal, estaria associada ao “espaço concebido” (LEFEBVRE, 2006b), ao domínio funcional-estratégico sobre um determinado

espaço, às racionalidades instrumentais de ordenamento, às “ideologias geográficas” (MORAES, 2005). Se, para Lefebvre, o espaço seria produzido a partir de uma relação dialética entre o “espaço vivido” e o “espaço concebido”, diríamos que a região seria o produto da relação dialética entre a regionalidade (a “região vivida”) e a regionalização (a “região concebida”), entre um “fato” e uma “arte” (SERVILHA, 2012, p. 329).

Permaneceu fortemente associada ao conceito de região, todavia, a ideia de diferenciação de áreas, o que estabelece, concomitantemente, de maneira abstrata ou concreta, recortes espaciais que demandam limites, segundo Bourdieu (1989), ponto de confluência entre as mais diferentes abordagens do conceito, que redundam também na prerrogativa cartesiana da expressão desses limites no espaço em mapas geográficos.

A consideração da região enquanto categoria de análise geográfica continua valorosa, ainda que tenhamos que avaliá-la em uma era de fluidez, como declarada por Zygmunt Bauman (2001), na qual o espaço supostamente tem sido aniquilado pelo tempo (HARVEY, 2004). Os pressupostos da pós-modernidade que levaram alguns a considerar o fim da Geografia³, não foram capazes de tornar a região uma categoria de análise inócua. Rogério Haesbaert lança uma provocação no início do seu livro sobre a temática regional: “Se vivemos o tempo da fluidez e das conexões, como defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, regiões minimamente coerentes dentro deste todo espacial pretensamente globalizado?” (HAESBAERT, 2010, p. 9). O mesmo autor aponta ainda, em outro trabalho, a pertinência da região no estudo geográfico:

A questão regional retoma hoje sua força, não apenas nas ciências sociais, em função de vários debates acadêmicos, como também pela proliferação de regionalismos, identidades regionais e de novas-velhas desigualdades tanto a nível global como intranacional (HAESBAERT, 1999, p.15).

Considerando os seus aspectos definidores corográficos, marcados pelo princípio da particularidade que motiva o recorte espacial, a região não tem no globalismo o seu sepulcro. Ao contrário, as transformações espaciais provocadas pelos agentes globalizadores⁴ têm, em muitos aspectos, aprofundado as diferenças entre os espaços, como argumenta Milton Santos (2012) e endossa Haesbaert (1999), o que motiva os estudos acerca da compreensão da diferenciação de áreas.

Tal processo evidencia ainda que as unidades regionais estão submetidas a um duplo papel na contemporaneidade: o de condicionado por ou de condicionante dos processos globalizadores (HAESBAERT, 2010). Se, por um lado, as transformações contemporâneas contribuem para a homogeneização de determinados espaços e lógicas produtivas, destacam-se, no conjunto da humanidade e do espaço geográfico, transformações ocorridas em ritmos diferentes, verdadeiros descompassos de uma melodia contemporânea, marca maior da produção do espaço do nosso tempo⁵.

A ascensão da Geografia Teorético-Quantitativa colaborou para o resgate da noção etimológica original da região, à medida que contribuiu para a aproximação da análise regional do planejamento regional (LENCIONI, 2014). Da etimologia original da palavra região, *regere*, que sugeria a função de compartimentação administrativa do espaço, destaca-se como característica indissociável o seu princípio corográfico que ficou, por meio da evolução da Geografia, perenizado no seu pacote conceitual. O princípio em voga é o da diferenciação de áreas, ainda que autores como Gomes (1995) refutem categoricamente esta ideia ao afirmar que, para compreender a região, é preciso viver a região, na medida em que se define como uma teia de significações de experiências com uma base territorial.

Parcela importante do que nos é apresentado acerca das regionalizações culturais optam pelo princípio da diferenciação de áreas, desconsiderando as relações interculturais entre as unidades regionais. Desconsideram a noção de que sociedades, saberes e espaços são produzidos a partir de expansões e interações territoriais (SERVILHA, 2012), e permanecem sendo apresentadas como fenômenos espaciais sólidos, inadequadas aos pressupostos pós-coloniais, discussão que será aprofundada posteriormente.

3. O pós-colonialismo e alguns dos seus pressupostos

O pós-colonialismo é um campo de estudo transdisciplinar que se propõe a analisar e explicar o legado da colonização a partir de uma perspectiva inovadora frente a que imperava até a primeira metade do século

XX. Seu escopo de preocupações aglutina temáticas como raça, gênero e identidade, que, por intermédio de uma abordagem renovada, “forçam a reconsideração das visões sobre as quais se ergueram os domínios de um propalado conhecimento universal” (PIMENTA; SARMENTO; AZEVEDO, 2007, p. 12).

Em meio ao desafio que propõe, o pós-colonialismo contribui de forma notável para o entendimento do comportamento da cultura no tempo e no espaço. Tal campo de estudo foi desenvolvido a partir de pelo menos dois grandes acontecimentos: o primeiro, a evolução da Antropologia, que foi notável na primeira metade do século, desmitificando as abordagens etnocêntricas que prevaleceram no período vitoriano e que constituíam a chamada Antropologia Evolucionista (BARRIO, 2005); o segundo, o marcante processo de descolonização no início da segunda metade do século XX, que emancipou diversas ex-colônias localizadas principalmente na África e na Ásia. Por problematizar os estereótipos culturais, o pós-colonialismo foi um campo fértil para o desenvolvimento de trabalhos de críticos literários, como Edward Saïd. Destacam-se como alguns pressupostos deste campo de estudo:

A) O questionamento ao mito da superioridade cultural, sendo esse um pressuposto básico da moderna Antropologia, propondo o abandono do etnocentrismo (e questionando se é mesmo possível fazê-lo) e a defesa do relativismo cultural. Encontra na poesia de Aimé Césaire uma de suas expressões:

E a voz proclama que a Europa durante séculos nos cevou de mentiras e inchou de pestilências,
porque não é verdade que a obra do homem está acabada,
que não temos nada para fazer no mundo,
que parasitamos o mundo,
que basta que marquemos o nosso passo pelo passo do mundo,
ao contrário a obra do homem apenas começou
e falta ao homem conquistar toda interdição imobilizada nos recantos do seu fervor
e nenhuma raça detém o monopólio da beleza, da inteligência, da força,
e há lugar para todos no encontro marcado da conquista

(CÉSAIRE, 2012, p. 79-80).

B) crítica à própria natureza humana: fica evidente a frequente sugestão de abandono da exclusiva associação de negativas aos colonizadores e ações positivas/heróicas aos colonizados. É um ponto polêmico

porque no interior do campo artístico, literário e historiográfico, os exemplos de registros de manifestações etnocêntricas são mais abundantes e até mesmo mais didáticos quando atribuídos aos colonizadores. Contudo, os textos consagrados do pós-colonialismo relativizam a dicotomia colonizador/colonizado. Ao fazê-lo, os textos pós-coloniais humanizam e propõem um processo de desconstrução da romantização que assegura no imaginário popular a constituição da figura do colonizador e do colonizado, como se vê nessa passagem de Frantz Fanon em “Os condenados da Terra”:

O olhar que o colonizado lança sobre a cidade do colono é um olhar de luxúria, de inveja. Sonhos de posse. Todos os modos de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se na cama do colono, se possível com a mulher dele. O colono não ignora isso e, constata amargamente e sempre em alerta: ‘Eles querem o nosso lugar’. É verdade, não há um colonizado que não sonhe, ao menos uma vez por dia, instalar-se no lugar do colono (FANON, 2005, p. 56).

Este objeto específico de análise acompanhou Fanon em parte relevante de sua curta trajetória (o intelectual morreu aos 36 anos), como é possível constatar em um dos clássicos do pós-colonialismo intitulado “Pele negra máscaras brancas”. Nesta obra, Fanon flerta com a noção do hibridismo identitário que permeia a relação opressor/oprimido ao afirmar que “o negro quer ser branco⁶” (FANON, 2008, p. 27).

Associado a este desmonte proposto por Frantz Fanon está o raciocínio de Stuart Hall, que alerta que o “pós-colonial não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois” (HALL, 2013, p. 62). Para tanto, argumenta que o processo de descolonização não garante a imagem de liberdade romântica que mobilizou corações e mentes rumo à luta anticolonial. Afinal, em suas palavras, “o pós-colonial marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra” e, sendo assim “problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do alto período colonial, persistem no pós-colonial” (HALL, 2013, p. 62). Contudo, ainda segundo o autor, “as relações sociais são perpetuadas e/ou reproduzidas em uma nova configuração”. Neste novo arranjo é possível encontrarmos lideranças dos novos países que participaram da luta anticolonial se comportando tais como os contraditórios porcos da “Revolução dos Bichos” de George Orwell (2006).

C) Crítica ao discurso que incorpora os desejos do “objeto de análise”: centra-se no papel do intelectual que produz as narrativas acerca da posição do subalterno, seja ele o negro, o árabe vivendo nos Estados Unidos, a mulher em uma sociedade machista, o colonizado em uma sociedade colonial e até mesmo o ex-colono vivendo em sua antiga metrópole. Com o título provocativo “Pode o subalterno falar?”, Gayatri Chakravorty Spivak argumenta que a narrativa deslocada do intelectual frente a seu objeto de análise (o subalterno) se constitui como mais uma força para mantê-lo calado (SPIVAK, 2010). Homi Bhabha também se pergunta: “Não passará a linguagem da teoria de mais um estratagema da elite ocidental culturalmente privilegiada para produzir um discurso do ‘Outro’ que reforça sua própria equação conhecimento-poder?” (BHABHA, 2013, p. 49). Apesar de Saïd (2007) advertir sobre a possibilidade do árabe (na posição de subalterno) passar a ver sua própria identidade como aquela que é construída pelo Ocidente, seria o papel do intelectual a defesa da existência de espaços por meio dos quais o subalterno possa falar e ser de fato ouvido.

D) O hibridismo, a permeabilidade e o dinamismo das culturas: reside aqui o pressuposto que servirá, principalmente, de base para o atendimento ao objetivo deste artigo. Os textos pós-coloniais partem do pressuposto de que todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é isolada e pura e, portanto, se constituem como entidades híbridas, heterogêneas e dinâmicas. Nesse sentido, posicionam-se também como entidades não monolíticas (SAÏD, 2011; EAGLETON, 2011). Isto significa dizer, a partir deste pressuposto, que qualquer descrição sobre uma cultura se posiciona mais do que uma generalização grosseira: apresenta-se, de certa forma, como uma inadequação⁷. Nesse sentido, temos um paradoxo: a cultura se manifesta na coletividade, mas só poderia ser descrita, com ressalvas, no âmbito do indivíduo. O legado do entrelace entre colonizador e colonizado, objeto dos estudos pós-coloniais, é descrito por Edward Saïd (2011) no trecho a seguir e endossa o caráter híbrido do embate intercultural, ainda que o mesmo envolva assimetrias de poder:

Quem na Índia ou na Argélia de hoje, é capaz de joeirar com segurança o elemento britânico ou francês do passado entre as realidades presentes, e quem na Inglaterra ou na França é capaz de traçar um círculo nítido em torno da Londres Britânica

ou da Paris francesa, excluindo o impacto da Índia e da Argélia sobre essas duas cidades imperiais? (SAÏD, 2011, p. 51).

Stuart Hall (2013) argumenta, analisando a contemporaneidade, que a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos: “suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o lugar”. O autor considera ainda que as culturas têm seus “locais”. Porém não é mais fácil dizer onde se originam. Sendo bastante original em seus termos e fiel aos pressupostos pós-coloniais, Hall (2013) argumenta ainda (em relação à cultura): “O que podemos mapear é mais semelhante a um processo de repetição-com-diferença, ou de reciprocidade-sem-começo”, o que lhe permite ainda asseverar que “as identidades negras britânicas são apenas um reflexo pálido de uma origem verdadeiramente caribenha” (HALL, 2013, p. 40).

Considerando tais argumentos, como falar em uma verdadeira cultura nacional? Examinando os povos que passaram pela experiência da colonização, Homi K. Bhabha (2013) adverte que o intelectual nativo que identifica o povo com a verdadeira cultura nacional ficará desapontado. Afinal, a experiência da descolonização faz com que o povo passe por um processo de reorganização dialética que colabora para a constituição híbrida de sua cultura. Para Agier (2001),

Nas escalas microssociais – o campo do etnólogo –, surge uma multidão de pequenas narrativas identitárias, que ocupam o vazio deixado pelas ‘grandes narrativas’ em crise (missão cristã, destino das classes, projeção nacional). Elas aparecem nos mais diversos contextos, mas enraizam-se de preferência nos meios urbanos; elas possuem um conteúdo religioso, étnico ou regional, mas mostram construções híbridas, ‘bricoladas’, heterogêneas; enfim, são o resultado da iniciativa dos indivíduos, dos pequenos grupos ou das redes que, frequentemente, têm dificuldades em fazer compreender a especificidade que reivindicam para si (AGIER, 2001, p. 18).

Ainda que o pós-colonialismo tenha um objeto de estudo bem definido, sua abordagem sobre a natureza da cultura e das identidades lança luz sobre temáticas culturais que vão muito além da relação colonizador e colonizado. É importante destacar que o objeto de estudo se centra em uma relação de poder entre a metrópole e a colônia. Contudo, “em nossa época, o colonialismo se extinguiu em boa medida; o imperialismo sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais

(SAÏD, 2011, p. 42-43). Assim, os pressupostos do pós-colonialismo servem, especialmente, para a realização de uma leitura moderna e com mérito reconhecido dentro das ciências humanas, pois as relações de poder e os embates interculturais, base da relação dicotômica colonizador/colonizado, também fazem parte do cotidiano do homem pós-colonial.


4. Crítica às regionalizações culturais à luz dos pressupostos pós-coloniais

Já em 1995 Gomes no convidava à reflexão a partir do seguinte questionamento:

Muitas questões restam a ser respondidas, como, por exemplo, se há uma natureza possível de ser investigada em suas relações com a cultura sem se contaminar com os óculos da própria cultura que envolve o homem? A que tipo de homem estamos nos referindo, ao ser biológico que sofre as pressões do meio ao mesmo título que as outras espécies animais e vegetais (como em Max Sorre) ou estamos falando de um ser social que reveste sua relação biológica de valores e em que estas construções passam a ser o seu verdadeiro 'meio ambiente'? Estas e outras questões podem ser respondidas de forma muito diversa e parece que estamos longe de poder afirmar praticamente no trabalho do geógrafo o pretendido consenso proclamado (GOMES, 1995, p. 68).

Quando nos deparamos com as regionalizações culturais estamos, na verdade, diante de propostas de compartimentação espacial que abordam temas que podem se apresentar de forma bastante variada. O conjunto de temáticas pode ser hierarquizado em temas que variam de maior grau de especificidade até maior grau de generalização. No topo desta hierarquia está a própria representação da "cultura", ainda que, neste caso, a proposição de recorte regional possa apresentar de forma mal definida os critérios para o estabelecimento dos limites e, portanto, das próprias unidades regionais. Em outro extremo hierárquico se enquadrariam temáticas como "gosto musical" ou até mesmo a posição quanto a temas como a "legalidade do aborto" ou a "aprovação do casamento de pessoas do mesmo sexo". O quadro 1 apresenta alguns temas culturais hierarquizados do maior ao menor patamar de generalização.

Quadro 1
HIERARQUIZAÇÃO DE ALGUNS TEMAS CULTURAIIS

Tema da regionalização	
A cultura propriamente dita (a “brasileira”, a “baiana”, a “sul-americana ⁸ ”).	
Tipologias de danças, línguas, religiões, culinárias ou vestimentas, etc.	
Hora de acordar ou de dormir, gosto musical, força da tradição rural, horas percebidas como adequadas para a ocupação e para o ócio, posicionamento em relação ao aborto e ao casamento de pessoas do mesmo sexo, etc.	

Fonte: Organizado pelos autores.

As regionalizações com temas culturais mais específicos não parecem adequadas para representarem a coletividade⁸, sobretudo quando consideramos o pressuposto pós-colonial da natureza híbrida das culturas. Afinal, é este o pressuposto que nos permite ver que uma cultura supostamente monolítica não passa de um mosaico de identidades. Michel Agier, ao discutir os distúrbios identitários em tempos de globalização, é categórico ao afirmar que:

Toda identidade, ou melhor, toda declaração identitária, tanto individual quanto coletiva (mesmo se, para um coletivo, é mais difícil admiti-lo), é então múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca que como um fato (AGIER, 2001, p. 10).

As investigações e representações que ousam abordar temáticas culturais de elevado grau de especificidade parecem mais sérias quando investigam o indivíduo e evitam a estereotipação de imagens coletivas. Neste particular, encontram como alicerce metodológico a fenomenologia. Em seu livro, *Place and Placelessness*, Edward Relph afirma, acerca da base fenomenológica do conhecimento geográfico: “os fundamentos do conhecimento geográfico repousam diretamente nas experiências e consciências que temos acerca do mundo em que vivemos” (RELPH, 1976, p. 4). Sendo

o conjunto das experiências que geram a consciência uma trajetória única pertencente a cada indivíduo, não parece adequado a tentativa de criar generalizações acerca de temáticas culturais com alto grau de especificidade, mesmo porque, como afirma Agier, “o processo identitário, enquanto dependente da relação com os outros (sob a forma de encontros, conflitos, alianças etc.), é o que torna problemática a cultura e, no final das contas, a transforma” (AGIER, 2001, p. 10). Contudo, a representação cartográfica pode encontrar soluções na representação individual das experiências, como será abordado adiante.

As regionalizações culturais com temáticas mais generalizadoras, como aquelas que versam sobre a “cultura propriamente dita”, são adequadas para representarem a coletividade, e, portanto, aprioristicamente passíveis de serem representadas em superfícies sólidas e com limites bem definidos. Contudo, confrontadas com os pressupostos do pós-colonialismo, sobretudo com a noção da natureza híbrida das culturas, os limites regionais não parecem ser realizáveis. Mais do que simplesmente uma questão de traçar ou não limites, a pretensa representação espacial do fenômeno “cultura” ignora a multiplicidade de identidades e as experiências individuais dos seus integrantes que compõem o todo regional. Servilha (2012) ressalta:

Como nos apontam diversos autores (entre eles destacamos Quijano (2005), Hall (2003), Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), Santos (2004) e Mignolo (2005), as colonialidades do saber e poder não se diluíram com a independência política de Estados colonizados, ao contrário, se perpetuam participando, de forma significativa, do ordenamento político-cultural do mundo moderno (SERVILHA, 2012, p. 29).

É importante destacar que, assim como ocorre com as regionalizações culturais de temáticas mais específicas, as regionalizações culturais mais generalizadoras sofrem diante do pressuposto do hibridismo cultural. A diferença reside no fato das representações mais generalizadoras, ao contrário das temáticas mais específicas, serem representações equivocadas por concepção, pois não podem ser tratadas no âmbito do indivíduo. Se existe uma pretensão de representar cartograficamente a cultura no espaço já temos, previamente, um indício de não observância aos pressupostos pós-coloniais.

Em termos práticos, podemos nos indagar: Como representarmos a área de uma dança qualquer se as pessoas se envolvem com a mesma de maneira distinta e a própria dança pode se apresentar múltipla, variando entre os extremos de uma atividade que busca suas tradições de raiz ou mesmo ser exibida recheada de elementos híbridos? Não parece adequado espacializar “onde ocorre o samba no Brasil”, porque o próprio significado de “ocorrência” é de difícil definição. A representação espacial de manifestações intersubjetivas parece ser melhor realizada por pontos do que por áreas, pois assim as experiências e a consciência individual é respeitada. Nesta situação, a representação regional sólida seria uma frágil leitura da realidade. Por outro lado, a representação intersubjetiva só parece ser assertiva quando remete a temáticas culturais mais específicas, como aquelas que constam no quadro 1. Afinal, é paradoxal a tentativa de representar o que é intersubjetivo no âmbito da coletividade.

Em uma regionalização cultural, ao supostamente criar imagens coletivas e negligenciar questões de natureza epistemológica da cartografia que sugere, o autor pratica uma imposição descuidada. Afinal, as regionalizações culturais parecem concentrar o escopo de sua preocupação na imagem que o interlocutor pretende transmitir. Falar pelos outros (como advertiu Spivak e Bhabha) e produzir estereotipações são inadequações denunciadas pelo pós-colonialismo.

No início da década de 1990, após ter publicado um artigo de ampla repercussão na revista *Foreign Affairs*, o cientista político Samuel P. Huntington ampliou as discussões e publicou um livro intitulado “O choque das civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial”. Ainda hoje podemos colher posições muito elogiosas e reticentes quanto à sua ideia, que se sustenta na seguinte premissa central: a oposição entre o que ele chamou de civilizações tornou-se mais importante na política externa do pós-Guerra Fria do que a oposição entre Estados. O autor tenta endossar este argumento que testa o princípio realista das Relações Internacionais, ao argumentar que a oposição entre Estados é principalmente explicada pelas diferenças de natureza civilizacional. Para Samuel Huntington,

O mundo pós-Guerra Fria é um mundo de sete ou oito civilizações principais. Os aspectos comuns e as diferenças moldam os interesses, os antagonismos e as associações dos Estados. Os países mais importantes do mundo provêm, em sua

maioria, de civilizações diferentes. Os conflitos locais que têm maior probabilidade de se transformarem em guerras mais amplas são os que existem entre grupos de Estados de civilizações diferentes. Os padrões predominantes de desenvolvimento político e econômico diferem de uma civilização para a outra. As questões-chave do cenário internacional envolvem diferenças entre civilizações. O poder está-se deslocando da civilização ocidental que há tanto tempo predomina para civilizações não-ocidentais. A política mundial tornou-se multipolar e multicivilizacional (HUNTINGTON, 1997, p. 29).

Samuel Huntington produz uma cartografia que se trata, na verdade, de uma regionalização do mundo em unidades regionais as quais o autor chamou de civilizações. A temática “civilização” constitui-se como uma temática cultural e apresenta-se como extremamente generalizada, talvez merecendo estar posicionada no quadro 1, que aborda a hierarquização dos temas culturais, lado a lado com a cultura. Não é de fato uma suposição, o que poderia ser indagado devido ao fato do conceito de civilização ser relativo, mas uma interpretação da própria descrição de Huntington daquilo que o mesmo considera ser a sua unidade regional:

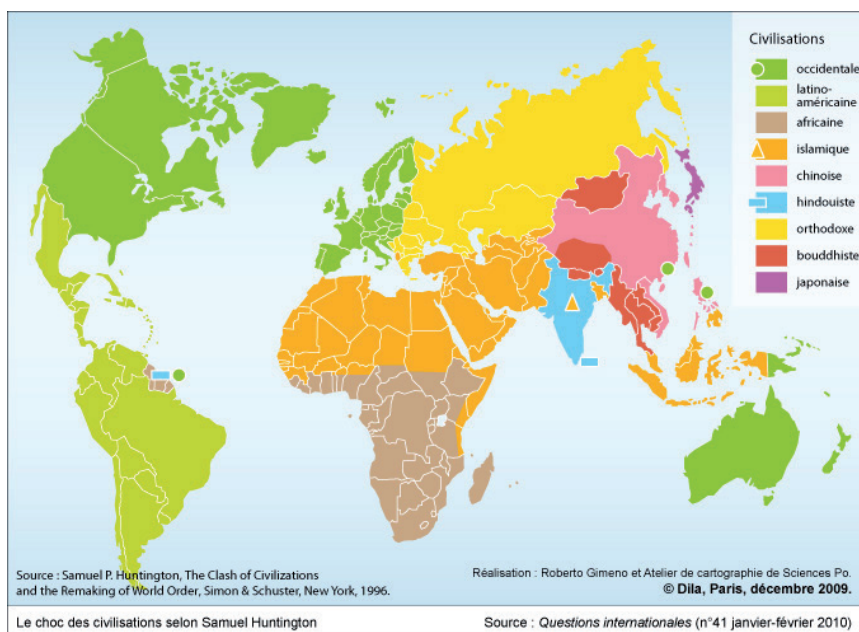
Uma civilização é a entidade cultural mais ampla. As aldeias, as regiões, os grupos étnicos, as nacionalidades, os grupos religiosos, todos têm culturas distintas em diferentes níveis de heterogeneidade cultural. A cultura de um vilarejo no sul da Itália pode ser diferente da de um vilarejo no norte da Itália, mas ambos compartilharão uma cultura italiana comum, que os distingue de vilarejos alemães. As comunidades europeias, por sua vez, compartilharão aspectos culturais que as distinguem de comunidades chinesas ou hindus. Os chineses, os hindus e os ocidentais, entretanto, não são parte de nenhuma entidade cultural mais ampla. Eles constituem civilizações. Uma civilização é assim o mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm aquém daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Ela é definida por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas (HUNTINGTON, 1997, p. 47-48).

A cartografia de Huntington (1997) pode ser observada na figura 1. Suas opções de representação das civilizações levaram à construção de uma regionalização com unidades coesas e com limites bem definidos, ainda que tenha problematizado em seu texto a existência ou não de uma civilização africana. A abordagem de Huntington foi amplamente divulgada e causou grande repercussão. De acordo com as premissas do pós-colonialismo abordadas neste artigo, a representação cartográfica é inadequada frente ao fenômeno que pretende representar.

Edward Saïd (2007), no posfácio do seu livro “Orientalismo”, criticou com veemência a regionalização de Huntington, utilizando, para tanto, algumas das premissas do pós-colonialismo:

Recentemente, por exemplo, o professor Samuel Huntington, da Universidade Harvard, apresentou a proposição, longe de ser convincente, de que o bipolarismo da Guerra Fria foi suplantado pelo que chamou de ‘confronto de civilizações’, uma tese baseada na premissa de que as civilizações ocidental, confuciana e islâmica, entre várias outras, seriam compartimentos impermeáveis cujos membros estão no fundo interessados em afastar seus rivais. Isso é absurdo, porque um dos grandes progressos da moderna teoria cultural é a percepção, quase universalmente reconhecida, de que as culturas são híbridas e heterogêneas, e de que, como argumentei em Cultura e Imperialismo, as culturas e as civilizações são tão inter-relacionadas e interdependentes a ponto de irem além de qualquer descrição unitária ou simplesmente delimitada de sua individualidade (SAÏD, 2007, p. 460).

Figura 1
A REGIONALIZAÇÃO DE SAMUEL HUNTINGTON (1997) – O MUNDO DAS CIVILIZAÇÕES PÓS-1990



Fonte: FNSP SciencesPO - Atelier de Cartographie (adaptado).

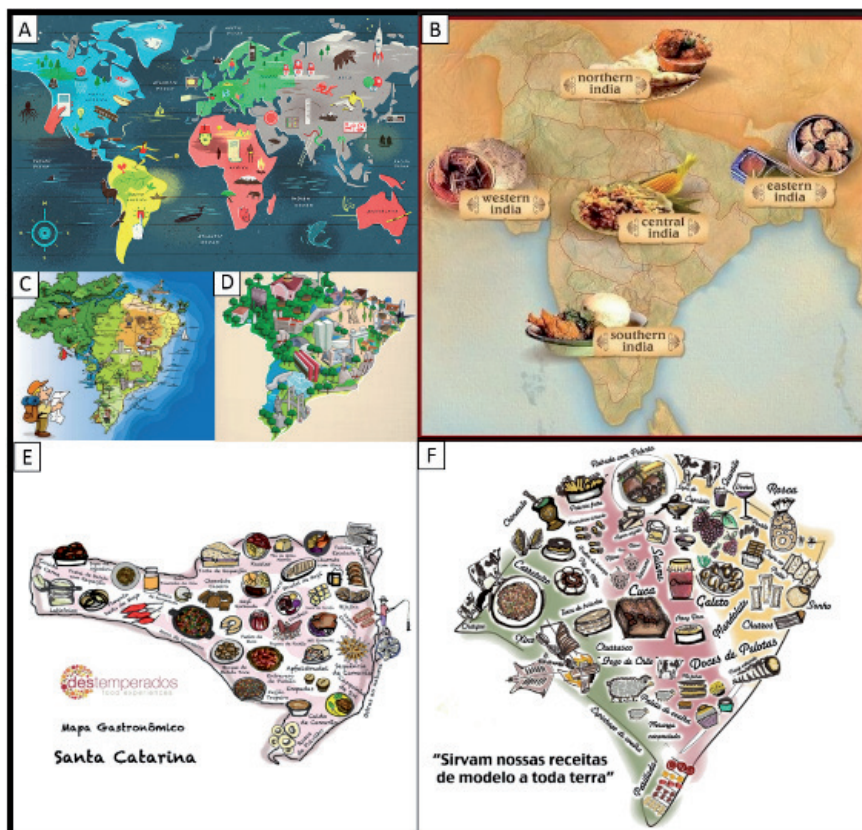
As colocações de Said (2007) são reforçadas por Michel Agier, que revela a fluidez, a seletividade e a plasticidade das crenças individuais, ainda que em contextos culturais estabelecidos em longo termo. Segundo ele,

a atenção principal do observador deve se colocar antes sobre as interações e as situações reais nas quais os atores se engajam, do que nas representações formuladas *a priori* das culturas, tradições ou figuras ancestrais em nome das quais se supõe que eles agem. É a partir dos contextos e das questões em jogo nas situações de interação que a memória é solicitada seletivamente. Clyde Mitchell (1987), para fundar a perspectiva situacional na antropologia, tomou por base a noção de 'seleção situacional' introduzida por Evans-Pritchard, para quem um indivíduo ou um mesmo grupo étnico podia ter várias lógicas de julgamento e de ação de acordo com a situação. Existe, dizia ele, uma 'plasticidade das crenças' em função das situações. Essas crenças, na vida real, não funcionam como um todo, mas em fragmentos: 'Colocado em uma determinada situação, um homem escolhe, dentre as crenças, aquelas que lhe convêm, e as utiliza sem prestar a mínima atenção aos outros elementos, ao passo que pode ocorrer-lhe se servir destes em situações diferentes' (Evans-Pritchard 1972:607; ver Mitchell 1987:13) (AGIER, 2001, p. 12-13).

Alternativamente, mapas de apelo turístico, muitas vezes, apresentam na área cartografada ícones distribuídos de maneira sortida que expressam aspectos culturais. Com a associação entre elementos cartografados e o espaço impreciso, tais mapas evitam a armadilha do estabelecimento de limites para fenômenos culturais, tal como se observa na figura 2.

Figura 2

MOSAICO DE FIGURAS OBTIDAS NA PLATAFORMA GOOGLE IMAGENS A PARTIR DA BUSCA DAS EXPRESSÕES “MAPA CULTURA”, “MAPA TURISMO” E “MAPA CULINÁRIA”



Na Figura: A) Representação cartográfica das manifestações culturais no mundo; B) Representação cartográfica da culinária na Índia; C e D) Representações de manifestações culturais no Brasil; E e F) Respectivamente, mapas sobre a culinária dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

5. Considerações Finais

Como foi visto, os estudos pós-coloniais contribuem de forma expressiva para a construção de um entendimento renovado e consolidado na moderna Antropologia das questões associadas à cultura e à identidade. Mediante seus pressupostos, podemos perceber que as regionalizações que

utilizam temáticas culturais são passíveis de críticas. Vimos ainda que as temáticas culturais podem ser hierarquizadas em temas mais generalistas ou específicos, sendo estas características importantes para a definição da natureza da inadequação apresentada. As regiões culturais que tratam temas generalistas como a “cultura” ou as “civilizações”, são fortemente criticadas à medida que desconsideram a natureza híbrida do fenômeno que pretendem representar. A hibridez e a permeabilidade contribuem para que os limites das unidades regionais de temas culturais generalistas não sejam adequados. É possível encontrarmos regionalizações que optam por representar polarizações de fenômenos e, por meio desta estratégia, evitar a colocação de limites bem delineados. Contudo, não é o caso da questão cultural, pois, além de não ser adequada a definição de um polo irradiador do fenômeno que se pretende representar, a cartografia se apresentará muito cartesiana para representar um fenômeno tão imbricado e miscigenado como a cultura.

Nas regionalizações culturais de temas mais específicos, tais como a posição sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo, a hora da última refeição diária ou mesmo a imagem mais forte que vem na mente acerca de determinado recorte espacial, a questão é sensivelmente diferente. Ainda que a crítica sobre a desconsideração do hibridismo cultural esteja presente, é possível encontrar soluções nas representações cartográficas. Existem inadequações nas representações que são costumeiras, como foi visto na figura 2. Como dito, o principal problema é a imposição de uma imagem ao interlocutor, como se a percepção individual de uma temática intersubjetiva pretendesse ser uma imagem coletiva. Fundamentos fenomenológicos aplicados à Geografia auxiliam a proposição de soluções para este tipo de regionalização cultural (composta de temas específicos), ao passo que as regionalizações de temas generalistas são, do ponto de vista dos pressupostos do pós-colonialismo, indefensáveis.

Como a Fenomenologia aplicada à Geografia poderia auxiliar a representação regional? É importante ter em mente o desafio lançado pelo pós-colonialismo: as identidades são múltiplas e construídas pela experiência de vida do indivíduo. Como assevera Yi Fu Tuan, “a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (TUAN, 2013, p. 17). Diante

de tais pressupostos, não há como espacializar realidades culturais, pois as mesmas são múltiplas e o conjunto de realidades culturais de alta especificidade é único⁹.

A questão da escala na representação de temáticas culturais é também uma variável importante na definição de sua adequação. Em mapeamentos de menores escalas, que abrangem áreas maiores, a inadequação se torna ainda mais grosseira. Em espaços maiores, é plausível admitir a existência de um conjunto de indivíduos com experiências pessoais extremamente sortidas. Diferentemente, em espaços menores, há uma tendência oposta, ainda que seja importante destacar que esta variável não seja a única que define o grau de inadequação da representação cartográfica. Afinal, existem locais com vocações mais cosmopolitas e outros mais provincianos. Esta diferença produz, no seio da coletividade, uma coleção de experiências mais (no caso de espaços com alto grau de cosmopolitismo) ou menos (no caso de espaços marcados pelo provincianismo) sortidas.

Dito isto, temos o desafio de propor a representação de temas culturais com alto grau de especificidade tendo em mente que tal representação se mostrará mais adequada em espaços menores representados em escalas maiores. Mas como fazê-lo? Nosso primeiro pensamento foi de mapear um fenômeno cultural de interesse resultante da experiência individual por meio de pontos, em que cada ponto representaria um indivíduo, evitando-se assim a representação de unidades regionais supostamente coesas e portadoras de limites. Mas então nos perguntamos: onde situar esse ponto? A solução natural seria a residência do indivíduo, mas então nos questionamos se seria necessariamente ali que o fenômeno mapeado se revelaria com maior força. Seria então em seu ambiente de trabalho, ou de maior convivência? Seria possível indicar, de forma estática no espaço onde o indivíduo manifesta tal fenômeno mais intensamente, ou ainda, seria esse indivíduo capaz de indicar isso? A resposta não nos pareceu óbvia.

O segundo pensamento foi o de que, uma vez que o indivíduo se move, os pontos que mais frequenta poderiam ser conectados por linhas, e as linhas conectadas de todos os indivíduos poderia nos fornecer uma melhor aproximação da ocorrência geográfica de determinado fenômeno cultural. O resultado, por sua vez, seria um mapa demasiadamente poluído e de difícil leitura.

O terceiro pensamento foi na direção da elaboração de um mapa de calor, como o de densidade Kernel¹⁰, que é um estimador probabilístico de curvas de densidades. Assim, um conjunto de pontos ou linhas, conforme proposto, poderia ser interpolado para indicar locais de maior ou menor probabilidade de ocorrência de um determinado fenômeno, sem o estabelecimento de linhas, mas sim de áreas de transição entre núcleos de ocorrência mais ou menos intensa. A representação de fenômenos culturais assim nos pareceu mais próxima do razoável, ainda que de maneira inconclusiva.

Independentemente da estratégia escolhida, é importante destacar que a forma de coletar os dados da pesquisa que versarão sobre temas tão delicados, mesmo para os profissionais que lidam cotidianamente com a Geografia Humanista e a Fenomenologia, deve ser avaliada com parcimônia. O exercício heurístico de produção desse tipo de cartografia poderá ser tema de um artigo subsequente.

Notas

- ¹ Corrente da Antropologia que imperou no século vitoriano, tendo como expoentes Lewis Henry Morgan, Edward Burnett Tylor e James George Frazer. As datas de publicação original dos seus textos – entre 1871 e 1908 – correspondem aproximadamente aos limites do período de hegemonia do evolucionismo no pensamento antropológico (CASTRO, 2009).
- ² Sobre a temática, recomendamos a leitura de Gomes (1995).
- ³ Processo caracterizado por um arranjo dos transportes e comunicações que fazem com que a dispersão e a velocidade dos fluxos se tornem mais importantes do que a própria expansão do território na política mundial (HAESBAERT, 2012). Para aprofundar na temática ver Paul Virílio (2007) em *Speeds and Politics*.
- ⁴ Matos e Costa (2016) relatam que “hoje, quando a globalização é mencionada em tantos estudos, muitos apostaram no fim das regiões em razão de uma suposta homogeneização do espaço e uniformização das relações sociais. Contudo, se equivocaram, pois os movimentos regionais resistem; a regionalização persiste; as diferenças são resilientes e a própria globalização valoriza inúmeras das singularidades territoriais” (p. 121).
- ⁵ O antropólogo e etnólogo francês Michel Agier, em seu artigo “Distúrbios identitários em tempos de globalização”, chama atenção para os efeitos de tais processos globalizadores sobre as problemáticas culturais e identitárias. Segundo ele, “Por um lado, a mundialização coloca em questão, pelo acesso maciço aos transportes e às comunicações, as fronteiras territoriais locais e a relação entre lugares e identidades. Por outro, a circulação rápida das informações, das ideologias e das imagens acarreta dissociações entre lugares e culturas. Nesse quadro, os sentimentos de perda de identidade são compensados pela procura ou criação de novos contextos e retóricas identitárias. Híbrida ou mestiça, como se diz agora, a cultura encontra-se assim mais dominada do que nunca pela problemática da identidade, que se enuncia cada vez mais como uma ‘identidade cultural’” (AGIER, 2001, p. 07).

- ⁶ Por detrás desta frase há um conteúdo de profunda reflexão que vai muito além da questão do hibridismo identitário. Para acessar o conteúdo de uma crítica profunda acerca da temática racial a partir de um viés fortemente psicanalítico, ver Fanon (2008).
- ⁷ Agier (2001) esclarece, contudo, que “não se trata, exatamente, de um ‘fim das culturas’, mas de um contexto novo para a criação de sentido, a partir de uma certa dissociação entre os lugares, as identidades e as culturas. Uma relação desleal se estabelece, então, em uma instância intermediária de criação entre o repertório global, cujo alcance praticamente não encontra barreiras materiais, e as realidades locais afetadas pelas tensões sociais, as exclusões e outras fontes de interrogações identitárias” (AGIER, 2001, p. 21).
- ⁸ Não se pode perder de vista a ideia de que similaridade não é o oposto de diferença. Servilha (2012) esclarece que “semelhanças e diferenças são categorias carregadas de subjetividade, cujas delimitações não podem prescindir do olhar de um observador. Independente do método utilizado para encontrarmos diferenças e semelhanças e, por conseguinte, delimitarmos as partes de um todo, diferentes pontos de vista produzirão diferentes regiões. Hartshorne, para muitos o principal difusor do conceito de diferenciação de áreas na geografia, nos aponta que, nesse caso, ‘similaridade’ não é oposto de ‘diferença’, mas uma simples generalização na qual as diferenças consideradas de menor relevância são postas de lado, e realçadas as que forem julgadas de maior importância (1978, p. 18)” (SERVILHA, 2012, p. 21).
- ⁹ Como sacramenta Michel Agier, “vivemos em meio a uma diversidade cada vez maior em termos de contatos, diferenças e disputas que colocam cada um de nós diante dos outros individualmente e sem comunidade de pertencimento fixo, exclusivo ou definitivo” (AGIER, 2001, p. 23).
- ¹⁰ De maneira simplificada, o estimador de densidade Kernel produz uma vizinhança circular a partir de um raio definido no entorno de cada ponto da amostra. Assim, as porções mais próximas ao núcleo de cada ponto receberão um valor que tende a decrescer em direção ao limite da vizinhança. Ao final, as vizinhanças de cada amostra são sobrepostas e computa-se a soma dos valores de cada pixel, que serão divididos pela área do raio de pesquisa. A respeito desse modelo de estimativa probabilística, ver Rosenblatt (1956) e Parzen (1962).

Referências

- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.
- BARRIO, Angel-B. **Espina**. Manual de Antropologia Cultural. Recife: Editora Massangana, 2005. 382 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 278 p.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 441 p.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1989.
- CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo Cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 127 p.

- CÉSAIRE, Aimé. **Diário de um retorno ao país natal**. São Paulo: Edusp, 2012. 164 p.
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, ano 5, n. 2, p. 39-56, 2000.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 208 p.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. 376 p.
- FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.
- GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elías; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396 p.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, Niterói, ano 1, n. 1, p.15-39, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.
- HALL, Stuart. A questão Multicultural. In: **Da Diáspora: identidades e mediação cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 480 p.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 349 p.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque das Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 455 p.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2014. 214 p.
- MATOS, Ralfo Edmundo da Silva; COSTA, Alfredo. Por uma regionalização da Minas oitocentista. **Revista Geografias**. Edição Especial - Vale do Rio Doce: formação geo-histórica e questões atuais, Belo Horizonte, p. 114-136. 2016.
- ORWELL, George. **A revolução dos Bichos**. São Paulo: Companhia das letras, 2006. 123 p.
- PARZEN, Emanuel. On estimation of a probability density function and mode. **The annals of mathematical statistics**, v. 33, n. 3, p. 1065-1076, 1962.

PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João; AZEVEDO, Ana Francisca de. As geografias culturais pós-coloniais. In: AZEVEDO, Ana Francisca de et.al (Coord.). **Geografias pós-coloniais: Ensaio de Geografia Cultural**. Porto: Figueirinhas, 2007. p. 11-30.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976. 156 p.

ROSENBLATT, Murray et al. Remarks on some nonparametric estimates of a density function. **The Annals of Mathematical Statistics**, v. 27, n. 3, p. 832-837, 1956.

SAÏD, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 567 p.

SAÏD, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como uma invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 2007. 523 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2012. 176 p.

SCIENCES PO – ATELIER DE CARTOGRAPHIE. Mapa: O mundo das civilizações pós-1990. Disponível em <http://cartotheque.sciences-po.fr/media/The_Clash_of_Civilisation_by_Samuel_Huntington/272/>. Acessado em 30 de março de 2017.

SERVILHA, Matheus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a “divisão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional**. 2012. 354f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 174 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2013. 248 p.

VIRILIO, Paul. **Speed and Politics**. Los Angeles: MIT Press, 2007. 174 p.

Recebido em: 09/05/2018

Aceito em: 14/05/2018